

ESTATUTO DO SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAXIAS DO SUL – SINDISERV

CAPÍTULO I – Objetivos, estrutura, competência e instâncias

Art. 1º. O Sindicato dos Servidores Municipais de Caxias do Sul é constituído para fins de defesa de direitos e de representação legal da categoria profissional dos Servidores Municipais de Caxias do Sul, objetivando melhoria nas condições de vida e de trabalho de seus representados, independência e autonomia da representação sindical, luta pela defesa das liberdades individuais e coletivas, pelo respeito à justiça social e pelos direitos fundamentais dos seres humanos.

§1º. É função do sindicato a promoção de atividades sociais, culturais, esportivas e a implantação de convênios visando à participação e união de seus associados.

§2º. SINDISERV é a sigla adotada pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Caxias do Sul.

Art. 2º. O SINDISERV é composto pela seguinte estrutura político-administrativa:

I – Diretoria Executiva, composta de 19 (dezenove) membros titulares: Presidente, Vice-Presidente, Secretário(a) Geral, Diretor(a) de Finanças, Diretor(a) de Finanças Adjunto, Diretor(a) de Comunicação, Diretor(a) de Formação, Diretor(a) de Relações no Trabalho, Diretor(a) de Ações Sociais e Ambientais, Diretor(a) de Patrimônio, Diretor(a) de Educação, Diretor(a) de Saúde, Diretor(a) de Cultura, Diretor(a) de Esporte, Diretor(a) de Lazer, Diretor(a) de Diversidade, Diretor(a) da Mulher, Diretor(a) dos Aposentados, Diretor(a) de Memória Sindical.

II – Diretoria Ampliada, composta por 19 (dezenove) membros da diretoria executiva e 19 (dezenove) membros suplentes.

III – Conselho Fiscal composto por 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes.

IV – Conselho Deliberativo composto pelos delegados sindicais de cada secretaria, câmara de vereadores, autarquias, fundações e servidores inativos.

V – Conselho dos profissionais de educação, composto por delegados representantes das escolas municipais.

VI – Conselho da Guarda Municipal, composto por delegados representantes da Guarda Municipal.

VII – Conselho da Saúde e Assistência Social, composto por delegados representantes das Unidades Básicas de Saúde, setores da Secretaria Municipal de Saúde e de serviços da FAS.

VIII – Conselho do SAMAE, composto por delegados representantes do Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto.

IX – Conselho dos Setores Administrativos e de Serviços composto por delegados eleitos nas demais unidades de governo.

§1º. A Direção, os Conselhos Fiscal, Deliberativo, Dos Profissionais de Educação, Saúde e Assistência Social, Guarda Municipal, SAMAE e dos Setores Administrativos e de Serviços serão eleitos na forma prevista neste Estatuto.

§2º. Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal são membros natos do Conselhos Deliberativo, dos Profissionais de Educação, da Saúde, Assistência Social, da Guarda Municipal, do SAMAE, Setores Administrativos e Serviços.

§3º. Na composição da Diretoria Ampliada do Sindiserv, deverá ser observada a diversidade de etnia e igualdade de gênero. O critério de habilitação para 30% (trinta por

cento) dos cargos é ter sido membro do Conselho Deliberativo ou da Direção em mandatos anteriores, vedada a participação de ocupantes de função gratificadas (FG).

§4º. É vedado aos integrantes da diretoria do SINDISERV participar do Conselho Fiscal.

Art. 3º. Além das competências exclusivas de cada cargo, compete à Diretoria Executiva administrar o SINDISERV de acordo com este Estatuto e com a legislação vigente, acatando as decisões dos Congressos, das Assembleias e dos Conselhos. Cada membro da diretoria responde individualmente por iniciativas ou decisões tomadas que sejam antiéticas e/ou ilícitas, bem como desrespeitem esse Estatuto, seja em nome da entidade ou se valendo dela para auferir vantagem pessoal de fornecedores ou prestadores de serviços.

Art. 4º. Ao Conselho Fiscal compete:

I – emitir parecer sobre a previsão orçamentária, balanços e retificação ou suplementação de orçamento;

II – examinar as contas e a escrituração contábil do SINDISERV;

III – propor medidas que visem à melhoria da situação financeira do SINDISERV;

IV – participar do Conselho Deliberativo e apresentar os pareceres emitidos;

V – Realizar reuniões de avaliação dos balancetes de forma quadrimestral, cabendo ao Diretor(a) de Finanças sua convocação, facultado também à Presidência da entidade.

Art. 5º. Ao Conselho Deliberativo compete:

I – representar sua base junto ao SINDISERV;

II – decidir através do voto (maioria simples) sobre questões afetas à categoria como um todo ou em parte;

III – levar propostas aos Congressos e Assembleias da categoria;

IV – auxiliar a Diretoria, fazendo a intermediação entre a mesma e a categoria;

V – deliberar sobre despesas na forma prevista neste Estatuto;

VI – eleger, dentre seus integrantes com formação acadêmica, os componentes do Conselho Fiscal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua constituição;

VII – aprovar relatório de atividades e plano de trabalho da direção no primeiro trimestre de cada exercício.

Art. 6º. Aos Conselhos dos Profissionais de Educação, da Saúde e Assistência Social, da Guarda Municipal e do SAMAE e Setores Administrativos e Serviços competem:

I – decidir sobre questões específicas dos profissionais da Educação, da Saúde e Assistência Social, da Guarda Municipal e do SAMAE e Setores Administrativos e Serviços respectivamente;

II – sugerir medidas que visem ao aprimoramento e à adequada aplicação da legislação específica, aperfeiçoamento das relações entre administração – servidores – estudantes – comunidade – usuários – SINDISERV.

Parágrafo único. O Conselho dos Profissionais de Educação será composto por um representante titular e seu respectivo suplente, por escola, eleitos por seus pares, e pelos membros natos, e dos setores da SMED com até 50 (cinquenta) servidores.

Art. 7º. São competências exclusivas da Diretoria Executiva:

I – **Presidente:**

a) representar o SINDISERV perante as autoridades administrativas e judiciárias, podendo delegar poderes;

b) convocar as sessões da Diretoria e das Assembleias;

- c) assinar as atas e presidir as sessões, o orçamento anual e todos os papéis que dependam da sua assinatura, bem como rubricar os livros da Secretaria-Geral, da Tesouraria e encaminhar decisões de assembleias, conselhos e direção;
- d) ordenar as despesas e visar os pagamentos das contas a pagar de acordo com o Diretor de Finanças;
- e) a critério da Presidência poderá ser delegado ao Diretor(a) Financeiro autorização especial para a realização de operações eletrônicas de pagamentos e transferências. Tais operações serão realizadas mediante procuração específica para este fim, em conformidade com um plano de ação pré-aprovado;
- f) Coordenar as ações e tomar decisões sobre demandas do sindicato;

II – Vice-Presidente:

- a) substituir o Presidente nos casos de impedimento;
- b) encarregar-se das relações intersindicais.

III – Secretário(a)-Geral:

- a) ter sob sua guarda o arquivo do SINDISERV;
- b) ter sob sua guarda e supervisionar as atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias;
- c) receber e verificar as propostas de ingresso no quadro pessoal;
- d) elaborar relatório e plano de atividades de acordo com as deliberações da Diretoria;
- e) preparar a correspondência do expediente do SINDISERV.
- f) ser Encarregado de Dados. São atribuições do encarregado de dados:
 1. Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
 2. Receber comunicação da autoridade nacional e adotar providências;
 3. Orientar os funcionários e os Diretores da entidade a respeito das praticas a serem adotadas em relação à proteção de dados pessoais;
 4. Executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares;
 5. É responsável sobre as boas práticas de tratamento de dados devendo indicar entre os funcionários da entidade quem responderá como Encarregado Adjunto de dados, em conformidade com a LGPD.

IV – Diretor(a) de Finanças:

- a) assinar com o Presidente, ou sozinho, mediante autorização descrita no artigo 7º, inciso I, alínea “e”, pagamentos eletrônicos, e recebimentos. Ainda, mediante autorização prevista no artigo 7º, inciso I, alínea “e”, poderá realizar, sozinho, pagamentos por meios eletrônicos em conformidade com um plano de ação pré-aprovado;
- b) dirigir e fiscalizar os trabalhos da Tesouraria;
- c) apresentar ao Conselho Fiscal os balancetes em quadrimestres e o balanço anual;
- d) propor medidas que visem à melhoria da situação financeira do SINDISERV, ouvida a Diretoria Executiva;
- e) regulamentar, conceder, limitar ou suspender, conforme a demanda e capacidade econômica de cada solicitante, os limites de crédito no sistema de consignações em folha de pagamento, ouvida a diretoria executiva;
- f) Propor o sistema de consignações que deverá ser publicado no site do Sindiserv e atualizado periodicamente, sempre que necessário;
- g) Chamar a comissão de Crédito que será formada com 4 (quatro) titulares, sendo um funcionário assistente financeiro, dois diretores dentre os presentes ao momento da convocação e o Diretor Financeiro como presidente, a comissão será convocada

diretamente pelo Diretor Financeiro a cada pedido de reconsideração ou quando a decisão envolver risco financeiro à entidade.

h) Convocar comissão de crédito para deliberar a respeito de eventuais recursos dos sindicalizados sobre decisões relativas à alínea “e”, deste mesmo inciso e artigo.

i) É responsável sobre a STI Sistemas de Tecnologia da Informação, devendo sugerir a Presidência sobre atualizar ou descontinuar tecnologias conforme o uso adequado à entidade.

V – Diretor(a) de Comunicação:

a) responsabilizar-se pelo planejamento, elaboração, execução e divulgação da política de comunicação da categoria, ouvida Diretoria Executiva.

VI – Diretor(a) de Formação:

a) planejar e executar, ouvida a Diretoria Executiva, atividades de formação sindical, profissional, cultural e outras.

b) organizar atividades formativas em conjunto com as demais diretorias e instâncias do SINDISERV e com entidades do movimento social.

VII – Diretor(a) de Relações do Trabalho:

a) manter-se atualizado acerca de evolução nas relações de trabalho das diversas categorias profissionais;

b) analisar e fazer propostas de melhorias nas relações de trabalho: saúde do trabalho, condições de exercício das atividades profissionais e outras que devam ser pautadas nas negociações coletivas, ouvida a Diretoria Executiva;

c) acompanhar a evolução das condições de trabalho da categoria, através de visitas periódicas aos locais de trabalho e planejadas conjuntamente com a Diretoria Executiva.

VIII – Diretor(a) de Educação:

a) coordenar e articular as ações relacionadas à área da educação em sintonia com o Conselho do Magistério, ouvida a Diretoria Executiva.

IX – Diretor(a) de Saúde:

a) coordenar e articular as ações e temas relacionados à área da saúde, em sintonia com o Conselho de Saúde, visando à melhoria das condições de trabalho dos servidores, ouvida a Diretoria Executiva.

X – Diretor(a) de Ações Sociais e Ambientais:

a) Auxiliar os servidores (ativos, inativos ou pensionistas associados) a acessarem serviços sociais, assistenciais, promovendo campanhas quando necessário; e

b) Promover a inclusão, e atividades para saúde física e mental, além de fomentar a sustentabilidade e preservação ambiental, ouvida a Diretoria Executiva.

XI – Diretor(a) de Patrimônio:

a) administrar o patrimônio imobiliário, mobiliário e o almoxarifado, sendo responsável pelas aquisições e vendas dos bens moveis e imoveis do SINDISERV;

b) propor e realizar ações, ouvida a Diretoria Executiva.

XII – Diretor(a) de Cultura:

a) elaborar e coordenar os programas, ações e atividades culturais, ouvida a Diretoria Executiva.

XIII – Diretor(a) de Lazer:

a) Elaborar e coordenar os programas, ações e atividades nas áreas de lazer do SINDISERV;

b) Acompanhar as atividades realizadas na sede campestre;

c) Promover o campismo sendo responsável pelo regulamento das áreas disponíveis para a prática.

XIV – Diretor(a) de Diversidade:

a) elaborar, propor e executar programas, atividades e ações, ouvida a Diretoria Executiva, relacionadas às políticas de etnias, de gênero, de deficiências, de juventudes e outras, com o objetivo de conscientizar e garantir o direito daqueles que ainda vivem a exclusão e a discriminação social.

XV – Diretor(a) da Mulher:

a) elaborar, coordenar e executar, programas, atividades e ações de luta e de conscientização pela igualdade de gênero e outras questões específicas das mulheres, ouvida a Diretoria Executiva;

b) contribuir na conscientização das mulheres em relação à sua capacidade, força, potencial e importância do seu papel no movimento sindical.

XVI – Diretor(a) dos Aposentados:

a) propor, organizar e coordenar a realização de atividades que integrem os aposentados, (inativos e pensionistas) entre si e aos trabalhadores em atividade, ouvida a Diretoria Executiva;

b) acompanhar as matérias relativas à sua pasta, propondo melhorias quando necessárias aos órgãos competentes, ouvida a Diretoria Executiva.

XVII – Diretor(a) de Esporte:

a) Elaborar e coordenar os programas, ações e atividades relativas às práticas desportivas promovidas pelo Sindiserv. Todas as atividades deverão ter a anuência da diretoria executiva.

XVIII – Diretor(a) de Memória Sindical:

a) Elaborar e coordenar os programas, ações e atividades inerentes a sua pasta;

b) Organizar e manter o acervo da memória histórica e biblioteca da entidade, elaborando programas e ações sobre memória sindical, sendo que todas as atividades deverão ter a anuência da diretoria executiva.

XIX – Diretor(a) de Finanças Adjunto:

Representar o Diretor de Finanças em seus impedimentos legais, auxiliar os trabalhos da Tesouraria; quando convocado pela presidência.

Art. 8º. À Diretoria Executiva, compete:

a) administrar o SINDISERV de acordo com o presente Estatuto;

b) garantir a sindicalização de qualquer integrante da categoria, observando o Estatuto;

c) organizar o quadro de pessoal, fixando os respectivos vencimentos e definir, entre os dirigentes liberados, o responsável pela supervisão da administração de pessoal;

d) administrar o patrimônio social do SINDISERV e promover o bem geral dos associados e da categoria;

e) representar o SINDISERV no estabelecimento de negociações coletivas;

f) executar as deliberações das instâncias do SINDISERV;

g) fazer proposições ao Conselho Deliberativo;

h) com parecer prévio do Conselho Fiscal, submeter, até 60 (sessenta) dias a partir do início do ano, à Assembleia Geral, convocada para este fim, o demonstrativo financeiro e patrimonial do exercício anterior;

i) apresentar, em 30 (trinta) dias a contar do último dia de mandato, à diretoria que tomará posse, a prestação de contas do último exercício financeiro e o demonstrativo financeiro e patrimonial do exercício anterior;

j) reunir-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, quando necessário, tomando as decisões que lhe couberem por maioria simples;

- l) definir dentre os membros da diretoria os servidores a serem liberados para exercer mandato sindical;
- m) dentro da competência da Diretoria Executiva deverão o Presidente ou Vice-Presidente em exercício autorizar, de forma exclusiva, pagamentos de pessoal e liberações até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) da receita, sempre de acordo com o plano de investimentos anuais aprovados por assembleia;
- n) o plano de investimentos e o orçamento anual deverão prever as despesas com custo fixo limitadas ao teto de 55% (cinquenta e cinco por cento) da arrecadação.
- o) constituir departamentos e definir sua titularidade;
- p) definir e aplicar aos associados as penalidades previstas no artigo 20 deste Estatuto.

Art.9º. À **Diretoria Ampliada** compete reunir-se ordinariamente uma vez por mês para deliberar sobre decisões importantes do SINDISERV.

Art.10. São instâncias do SINDISERV:

- I – Diretoria Executiva e Diretoria Ampliada;
- II – Conselho dos Profissionais da Educação, da Saúde e Assistência Social, da Guarda Municipal, do SAMAE, e Setores Administrativos e Serviços;
- III – Conselho Deliberativo;
- IV – Assembleia Geral;
- V – Congresso da Categoria.

CAPÍTULO II – Congresso e Assembleia Geral

Art. 11. O Congresso da Categoria será realizado, ordinariamente, a cada 4 (quatro) anos, no primeiro ano de mandato da direção.

Art. 12. O Congresso tem como finalidade analisar a situação atual da categoria, as condições de funcionamento e desenvolvimento da sociedade e a definição do programa de trabalho do SINDISERV.

§1º. O Regimento Interno deverá ser aprovado em Congresso.

§2º. A todos os associados será garantida a participação na preparação e atividades do Congresso, respeitadas as determinações do Regimento Interno e deste Estatuto.

§3º. Caso a Diretoria ou o Conselho Deliberativo não convoquem o Congresso, a Assembleia Geral poderá suprir essa omissão, bem como 10% (dez por cento) dos associados.

Art. 13. A Assembleia Geral Ordinária será convocada pela Diretoria, anualmente, para deliberar os seguintes assuntos:

- I – prestação de contas e previsão orçamentária;
- II – definição de pauta de reivindicações e do processo de renovação de convenção ou acordo coletivo de trabalho;
- III – processo eleitoral.

a) A Assembleia Geral é soberana nas suas resoluções, respeitando as determinações do Congresso da Categoria e deste Estatuto.

IV – A assembleia geral ordinária e o Congresso poderão, a critério da direção executiva, realizar-se de modo virtual, presencial, ou ainda simultaneamente nos dois formatos quando houver meios tecnológicos para isso.

Art. 14. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que houver necessidade, a critério da diretoria do SINDISERV, do Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal.

§1º. A Assembleia Geral Extraordinária também poderá ser convocada por 5% (cinco por cento) dos associados em dia com as suas obrigações, sendo obrigatório o

comparecimento de 2/3 (dois terços) dos solicitantes, sob pena de nulidade da assembleia.

§2º. Excepcionalmente, em caso de renúncia ou falta de toda a Diretoria, do Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal, 1% (um por cento) dos associados em dia com as suas obrigações poderá, autonomamente, convocar Assembleia Geral para tratar da vacância, respeitando o artigo 15.

Art. 15. A Assembleia Geral Ordinária e a Extraordinária, que vier a discutir ou deliberar sobre alienação de bens imóveis, processo eleitoral, reforma estatutária, deverá ser precedida de edital a ser publicado nas mídias sociais e digitais da entidade, com antecedência de 10 (dez) dias úteis, sendo repetida diariamente até a data marcada e divulgada com cartazes nos murais dos locais de trabalho.

Parágrafo único. A Assembleia Geral Extraordinária só poderá tratar dos assuntos que motivarem sua convocação.

Art. 16. O quórum para instalação da Assembleia Geral é de 50% (cinquenta por cento) dos associados, em primeira convocação e, em segunda, trinta minutos depois, com qualquer número de associados.

§1º. A Assembleia Geral será dirigida pelos diretores do SINDISERV ou por quem a assembleia indicar.

§2º. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos presentes, salvo as exceções deste Estatuto.

§3º. Havendo alterações ou reforma deste Estatuto, será exigida presença mínima de 2% (dois por cento) dos associados, desde que assegurada a presença de no mínimo 100 (cem) associados.

CAPÍTULO III - Associados

Art. 17. Ao Servidor Público Municipal de Caxias do Sul da Administração Centralizada, da Câmara de Vereadores, das fundações e autarquias, ativos, inativos e pensionistas é garantido o direito de associar-se ao SINDISERV.

§1º. No caso de a admissão não ser aceita, caberá recurso ao Conselho Deliberativo. Todo novo sindicalizado deverá cumprir período de carência de 120 (cento e vinte) dias ou optar pela fidelização.

§2º. Em caso de solicitação de desligamento do quadro de associados, o interessado deverá fazer seu pedido por escrito, pessoalmente, na sede administrativa do sindicato, ou através de documento com firma reconhecida, mediante a quitação dos débitos vencidos e vincendos.

§3º. O desligamento definitivo somente acontecerá se o interessado estiver em dia com o SINDISERV.

I – O sindicalizado que tenha débito pendente com o Sindiserv poderá solicitar seu desligamento, contudo, a efetivação do desligamento se dará apenas após a quitação dos débitos, momento em que estará encerrado o vínculo de associado.

II – No momento da desassociação, o débito existente poderá ser parcelado em até 16 (dezesesseis) vezes, não sendo mais geradas novas mensalidades. Caso o associado opte pelo parcelamento sem desassociação, todas as prerrogativas de sócio ficam suspensas até a quitação da dívida.

§4º. O servidor que se desligar do quadro de associados, só poderá se sindicalizar novamente transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso queira retornar, deverá cumprir a carência de 120 dias ou aderir a fidelização de 24 (vinte e quatro) meses.

I – Fica estabelecido o período de fidelização por 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses.

a) A fidelização não dispensa a carência prevista para efetivar os direitos políticos (votar e ser votado). Os novos sócios deverão cumprir o prazo de 12 meses de sindicalização para votar e ser votado.

§5º. Caso o sindicalizado fidelizado queira desistir da sindicalização este poderá fazê-lo pagando uma multa de 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos a serem pagos no período de fidelização, descontados o período já cumprido;

§6º. Fica definido, para fins de identificação no sistema corporativo da entidade, o CPF de cada associado. Este critério será aplicado para a análise e exigibilidade de todos os direitos e deveres do associado, mantendo-se a possibilidade de sindicalização conforme número de matrículas possuídas pelo candidato.

§7º. O tratamento de dados pessoais para filiação cumprirá com sua finalidade e necessidade. Este tratamento terá como base legal, em acordo com a lei 13.709/2018: Art. 11º, II, “a” para os filiados – visando o cumprimento de obrigação legal, em acordo com as finalidades desse sindicato. Art. 7º, I, da LGPD para vinculados (inclusive menores) – tendo como base a manifestação livre, explícita e inequívoca.”;

§8º. Após o pedido de desfiliação, os dados pessoais dos filiados e vinculados se manterão na base de dados do sindicato pelo período de 02 anos, observando-se o cronograma interno de exclusões de dados. Nos casos de existência de débitos financeiros que excedam o prazo do cronograma estipulado, os dados pessoais dos filiados permanecerão na base de dados do sindicato até o efetivo adimplemento do débito, em conformidade com o cronograma de retenção de dados do sindicato.

Art. 18. São direitos dos associados:

I – utilizar as dependências do SINDISERV para atividades compreendidas neste Estatuto;

II – participar, votar e ser votado nas Assembleias Gerais e Congressos da categoria;

III – gozar dos benefícios proporcionados pelo SINDISERV;

IV – votar e ser votado nas eleições sindicais observados os Art. 33 e Art. 37 deste estatuto;

V – exigir o cumprimento dos objetivos e determinações deste Estatuto e o respeito por parte da Diretoria às decisões dos Conselhos, Congressos e Assembleias Gerais;

VI – incluir como vinculado o cônjuge ou companheiro e os filhos menores. Os filhos maiores vinculados permanecem vinculados ao associado exclusivamente para utilização da sede campestre sendo isentos de pagamento de ingressos, respeitando o dispositivo no inciso sétimo deste mesmo artigo;

VII – É vedado ao sindicalizado incluir filhos como vinculados com idade igual ou superior a 21 anos quando estes forem detentores de cargos públicos efetivos, CCs, estatutários ou celetistas, estáveis ou não, da administração direta, autarquias ou fundação do município de Caxias do Sul;

Parágrafo Único

Na primeira associação de vinculado do servidor sócio não haverá carência;

VIII – Aos novos sindicalizados fica estabelecido a carência regulamentar de 120 (cento e vinte dias) a contar da data de sindicalização, para exercer os benefícios descritos no artigo 18 incisos I, II, III, V e VI, podendo optar pela fidelização caso em que poderá dispor das prerrogativas de sindicalizado imediatamente no ato da sindicalização, exceto direitos políticos.

§1º. O servidor detentor do Cargo em Comissão (CC) que não for efetivo no serviço público poderá usufruir dos benefícios do inciso III do artigo 18, desde que não ultrapasse o tempo da gestão municipal a que faz parte, exceto empréstimos consignados.

§2º. O servidor detentor de Cargo em Comissão (CC) e os pensionistas não poderão concorrer a cargo eletivo nas eleições sindicais.

§3º. Perde permanentemente o direito de associação ao Sindiserv, o servidor que tiver demanda jurídica contra a entidade.

§4º. O novo associado cumprirá carência de 03 (três) meses para gozar dos benefícios do artigo 18 incisos I, II, III, V, VI.

§5º. Os associados solteiros ou viúvos, sem filhos, poderão incluir um acompanhante como vinculado provisório para acessar a sede campestre.

Art. 19. São deveres dos associados:

I – estar em dia com suas mensalidades;

II – comparecer às Assembleias Gerais e às reuniões convocadas pelo SINDISERV e acatar suas decisões;

III – votar nas eleições sindicais;

IV – exigir o cumprimento dos objetivos e determinação deste Estatuto e o respeito por parte da Diretoria às decisões dos Congressos, Assembleias Gerais e Conselhos;

V – zelar pelo patrimônio e serviços do SINDISERV;

VI – cumprir os estatutos e regulamentos;

VII – ficam suspensos os direitos previstos no artigo 18, inciso III e VII, assim como o acesso à sede campestre para o associado que estiver inadimplente com suas obrigações financeiras junto à entidade. Os direitos previstos no inciso IV serão restabelecidos após a regularização da dívida e cumprimento de carência de 4 (quatro) meses.

VIII – É obrigatória a identificação do associado através da carteirinha digital no APP Sindical, ou outra forma definida pela Direção.

Art. 20. Os associados estão sujeitos à penalidade de advertência, de suspensão e de desligamento do quadro social.

§1º. À primeira infração, de acordo com sua natureza e gravidade, poderá ser aplicada qualquer das penas indicadas neste artigo.

§2º. No caso de pequena falta que, por sua natureza e reduzida gravidade, não demande a aplicação das penas de suspensão e desligamento, será o associado advertido particular e expressamente pela Diretoria Executiva.

§3º. Podem ser suspensos os associados que:

I – descumprirem os preceitos deste Estatuto e seus regulamentos; II – descumprirem as decisões da Assembleia Geral;

III – falarem em nome do SINDISERV sem estar devidamente autorizados.

§4º. Podem ser desligados os associados que:

I – reincidirem no previsto pelo §3º desse artigo;

II – lesarem o patrimônio material do SINDISERV;

III – deixarem de descontar suas mensalidades por três meses consecutivos ou cinco meses intercalados durante o ano sem justificativa aceita.

a) A aplicação desta penalidade não suspende o envio dos arquivos de cobrança na folha de pagamento e/ou lançamento do débito em conta-corrente, até a quitação das mensalidades ou valores devidos.

Art. 21. As penalidades serão determinadas pela Diretoria Executiva e homologadas pelo Conselho Deliberativo.

§1º. Em caso de suspensão, caberá à Diretoria Executiva determinar a duração da penalidade.

§2º. Em caso de desligamento do quadro social, a Diretoria Executiva submeterá à apreciação do Conselho Deliberativo, que homologará ou não a penalidade ou designará uma Comissão Especial para apurar os fatos.

§3º. O associado, tendo sido desligado do quadro social, poderá reingressar ao SINDISERV, desde que se reabilite, a juízo do Conselho Deliberativo, acompanhado de a liquidação de seus débitos.

§4º. Na hipótese de readmissão, o associado deverá cumprir nova carência de 120 (cento e vinte dias) para utilizar a sede campestre vedado solicitar limite no sistema de consignações.

§5º. Excetua-se desta regra as penalidades de desfiliação compulsória, pelos motivos descritos no Art. 20 §4º, inciso III.

Art. 22. Fica assegurado ao faltoso o direito de defesa por escrito, junto à Diretoria Executiva. §1º. É assegurado ao associado recorrer à Assembleia Geral sobre a penalidade de desligamento. §2º. Os prazos deste artigo serão comuns de 15 (quinze) dias consecutivos.

CAPÍTULO IV – Patrimônio

Art. 23. Constituem patrimônio do SINDISERV:

I – as contribuições da categoria;

II – as doações e legados;

III – os bens, os valores adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidos;

IV – os alugueis de imóveis e juros de títulos e de depósitos;

V – as multas e outras rendas eventuais.

Art. 24. Os títulos de renda, ações e os bens imóveis só poderão ser alienados mediante permissão expressa da Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim.

§1º. Para alienação, locação ou aquisição de bens imóveis, deverá ser realizada avaliação prévia por Técnico legalmente habilitado ou por qualquer outra organização legalmente habilitada a tal fim.

§2º. A venda do imóvel será efetuada pela Diretoria, mediante concorrência pública, após aprovação da Assembleia Geral, com edital publicado no site e redes sociais do Sindiserv, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de sua realização.

Art. 25. Todas as operações de ordem financeira e patrimonial serão evidenciadas por registros contábeis, executados sob a responsabilidade de contabilista legalmente habilitado.

§1º. A escrituração contábil, a que se refere este artigo, será baseada em documentos de receita e despesa, que ficarão arquivados no sindicato, à disposição dos associados e dos órgãos competentes para fiscalização.

§2º. Os documentos comprobatórios dos atos de receita e despesa a que se refere o parágrafo anterior poderão ser incinerados após 05 (cinco) anos da data de quitação de contas pelo órgão competente.

§3º. É obrigatório o uso do livro diário, encadernado, com folhas seguidas e tipograficamente numeradas, para a escrituração, pelo método das partidas dobradas, diretamente ou por reprodução, dos atos ou operações que modifiquem ou venham a modificar a situação patrimonial da entidade, o qual conterà, respectivamente, na primeira e na última página, os termos de abertura e de encerramento.

§4º. Caso seja utilizado sistema mecânico ou eletrônico para escrituração contábil, poderão ser substituídos o livro diário e os livros facultativos ou auxiliares por fichas ou formulários contínuos, cujos lançamentos deverão satisfazer a todos os requisitos e

normas de escrituração exigidos com relação aos livros mercantis, inclusive no que se refere a termos de abertura e de encerramento e numeração sequencial tipográfica.

§5º. O SINDISERV manterá registro específico dos bens de qualquer natureza, de sua propriedade em livro ou fichas próprias, que atenderão às mesmas formalidades exigidas para o livro diário.

Art. 26. Os atos que importem em malversação ou dilapidação do patrimônio do SINDISERV ficam sujeitos à legislação pertinente à matéria.

Art. 27. No caso de dissolução do SINDISERV, o que só se dará por deliberação expressa da Assembleia Geral para este fim convocada e com presença mínima de 2/3 (dois terços) do quadro social quites com suas obrigações, o remanescente do patrimônio líquido será destinado à entidade de fins não econômicos, designada pela mesma assembleia dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes, em consonância com o art. 61 do CCB.

CAPÍTULO V – Eleições Sindicais

Art. 28. A instauração do processo eleitoral se dará até a última semana do mês de setembro do último ano do mandato em exercício e será efetivada por meio eletrônico próprio dentro do APP Sindiserv;

§1º. A Diretoria convocará a Assembleia Geral para a instauração do processo eleitoral com definição da data, duração da votação e formação da Comissão Eleitoral.

§2º. A direção da mesa deverá ser composta pelo Presidente, Secretário-Geral e mais três associados eleitos no ato da Assembleia Geral.

Art. 29. A comissão eleitoral será formada por 05 (cinco) associados que não sejam candidatos e mais um representante de cada chapa, depois de inscrita.

Parágrafo único. A partir da Assembleia Geral, a Comissão Eleitoral passará a dirigir o processo eleitoral.

Art. 30. Compete à Comissão Eleitoral:

- I – definir os Procedimentos necessários para o processo eleitoral, respeitado o estatuto;
- II – receber a inscrição das chapas, verificando o preenchimento de todos os pré requisitos;
- III – garantir que todas as chapas inscritas tenham as mesmas condições e oportunidades para a utilização do patrimônio e instalações do SINDISERV, como sala, local para reunião e depósito de material;
- IV – promover, no mínimo, um debate entre as chapas;
- V – garantir a presença dos representantes de todas as chapas em sua composição final;
- VI – Cuidar do treinamento e instrução sobre procedimentos eleitorais;
- VII – encarregar-se da confecção da lista de votantes, e divulgação das eleições junto aos associados, tendo poderes para atuar em qualquer aspecto atinente à questão eleitoral;
- VIII – definir todos os procedimentos necessários para votação eletrônica, número de cabines de votação e horário das mesmas;
- IX – credenciar os fiscais das chapas, garantindo sua presença no processo eleitoral e apuração;
- X – definir os espaços e prazos de realização de propaganda.
- XI – abrir e encerrar o processo eleitoral, responsabilizando-se pela guarda e segurança dos equipamentos utilizados na eleição;
- XII – instaurar o processo de apuração, compor a mesa apuradora e garantir a presença dos fiscais de todas as chapas;

XIII – dirimir as dúvidas e problemas que possam surgir durante o processo, resolvendo situações não previstas neste Estatuto;

XIV - A Comissão Eleitoral realizara o pleito conforme descrito no Art. 28, observada a transparência e a auditabilidade dos resultados, objetivando alcançar o maior número possível de sindicalizados.

§1º. A Comissão Eleitoral nomeará uma junta de profissionais para auxiliá-la, composta por um advogado do SINDISERV e um dos funcionários administrativos do SINDISERV, a qual terá função de assessorar a Comissão Eleitoral e a ela estará subordinada.

§2º. Nos dias de votação, a sede administrativa do SINDISERV ficará para uso exclusivo da Comissão Eleitoral.

§3º. As chapas poderão constituir advogados para atuar junto à Comissão Eleitoral. §4º. É vedada a prática de transporte de eleitores para os locais de votação.

Art. 31. O processo de votação ou eleição se dará por voto direto e secreto, ficando excluídos votos por correspondências e/ou procuração.

§1º. A inscrição dos candidatos será por chapas, que receberão numeração, sendo a situação sempre chapa 1, as demais por sorteio.

§2º. A inscrição da chapa deverá proceder-se num período máximo de 20 (vinte) dias a partir da abertura do processo eleitoral; e as chapas deverão apresentar, no ato de inscrição, a documentação exigida.

§3º. Os mesários receberão apenas ajuda de custo para alimentação e transporte.

CAPÍTULO VI - Candidatos, registro das chapas, impugnações, votantes e quórum

Art. 32. Os candidatos serão registrados através de chapas que conterão os nomes de todos os concorrentes, efetivos e suplentes e o órgão a que pertencem.

Parágrafo único. O requerimento do registro de chapa em 01 (uma) via será endereçado ao Presidente da Comissão Eleitoral e assinado por qualquer dos candidatos que a integram e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – ficha de qualificação dos candidatos em 01 (uma) via, assinada, que deverá conter: nome, endereço, número da matrícula, secretaria onde está lotado, cargo ocupado;
- II - declaração do candidato, autorizando a inclusão do seu nome na chapa;
- III – síntese do programa de trabalho a ser apresentado à categoria.

Art. 33. Não poderá se candidatar o associado que:

- I – não tiver definitivamente aprovadas as suas contas do exercício em cargo de administração sindical;
- II – houver lesado o patrimônio da entidade sindical;
- III – contar menos de 12 (doze) meses de inscrição no quadro social do SINDISERV, na data da assembleia de instauração do processo eleitoral;
- IV – não tiver no gozo dos direitos sociais conferidos por este Estatuto;
- V – ocupar cargo em comissão, função gratificada ou ser pensionista.

Art. 34. O prazo para registro de chapas será de 10 (dez) dias contados da data da publicação do aviso resumido do edital em publicação em meios digitais da entidade, excluindo-se o primeiro e excluindo-se o último dia que será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em sábado, domingo ou feriado.

Art. 35. Será recusado o registro da chapa que não contenha candidatos para todos os cargos ou que não apresente a documentação exigida.

§1º. Verificando-se irregularidades na documentação apresentada, o Presidente da Comissão Eleitoral notificará o interessado para que promova a correção no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena do registro não se efetivar.

§2º. É proibida a acumulação de quaisquer cargos, sob pena de nulidade do registro.

Art. 36. Os candidatos que não preencherem as condições estabelecidas no artigo 33 poderão ser impugnados por qualquer associado no prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação da relação das chapas inscritas, em jornal de circulação regional.

§1º. A impugnação, expostos os fundamentos que a justificam, será dirigida à Comissão Eleitoral e entregue o contra recibo, na Secretaria do SINDISERV.

§2º. O candidato impugnado será notificado em 02 (dois) dias pela Comissão Eleitoral e terá o prazo de 02 (dois) dias para apresentar sua defesa.

§3º. Instruído o processo de impugnação, a Comissão Eleitoral decidirá em 05 (cinco) dias, cabendo às chapas apresentar recurso.

§4º. Julgada procedente a impugnação, o candidato será substituído em até 02 (dois) dias, caso contrário fica recusado o registro de toda a chapa a que pertence o impugnado.

Art. 37. É eleitor todo o associado que estiver no gozo dos direitos sociais conferidos por este Estatuto e que for sócio há mais de 06 (seis meses) da data da eleição.

Art. 38. Para exercer o direito de voto, o eleitor deverá ter quitado as mensalidades até 30 (trinta) dias antes das eleições, não sendo permitida a quitação retroativa.

Art. 39. A relação de todos os associados eleitores deverá estar pronta até 30 (trinta) dias antes das eleições.

Parágrafo único.

Em conformidade com a LGPD até 30(trinta) dias antes do pleito, serão entregues a todas as chapas, sob recibo, a relação atualizada dos eleitores, sob pena de nulidade das eleições.

Art. 40. No dia e local designados, 30 (trinta) minutos antes do início da votação, os membros da comissão eleitoral verificarão se estão em ordem o material eleitoral e sistema de votação designado a receber os votos, providenciando o presidente para que sejam suprimidas eventuais deficiências.

Art. 41. Na hora fixada no edital e tendo considerado o recinto e o material em condições, o presidente da comissão eleitoral declarará iniciados os trabalhos.

Art. 42. A comissão eleitoral, os candidatos acompanharão a apuração dos resultados e sua totalização, na sede do Sindiserv.

Art. 43. Instalada a junta apuradora e verificada, pela lista de votantes se participaram da votação 30% (trinta por cento) mais (01) um dos eleitores, será iniciada a apuração de votos.

Art. 44. Não tendo obtido o quórum referido no artigo anterior, o presidente da junta apuradora encerrará a eleição, notificando, em seguida, a Comissão Eleitoral para que convoque nova eleição nos termos do edital.

Parágrafo único. A nova eleição será válida independente do quórum de participação dos eleitores.

Art. 45. Assiste aos fiscais das chapas o direito de formular perante a junta, qualquer protesto referente à apuração.

§1º. O protesto poderá ser verbal ou escrito, devendo, neste último caso, ser anexado à ata de apuração.

§2º. Não sendo o protesto verbal ratificado no curso dos trabalhos de apuração, sob forma escrita, dele não se tomará conhecimento.

Art. 46. Finda a apuração, o presidente da comissão eleitoral proclamará eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos e fará lavrar a ata dos trabalhos eleitorais.

Art. 47. A ata mencionará obrigatoriamente:

- I – o dia e a hora da abertura e do encerramento dos trabalhos;
- II – como se deu o processo;
- III – especificando-se o número de votantes, votos atribuídos a cada chapa, votos em branco e votos nulos;
- IV – o número total de eleitores;
- V – o resultado geral da apuração;
- VI – a apresentação ou não de protestos, fazendo-se em caso afirmativo, resumo de cada protesto formulado perante a mesa.

Parágrafo único. A ata será assinada pelo presidente, demais membros da junta e fiscais, esclarecendo-se o motivo da eventual falta de qualquer assinatura.

Art. 48. Em caso de empate entre as duas chapas mais votadas, realizar-se-ão novas eleições, no prazo de 30 (trinta) dias, limitada a eleição às chapas em questão.

CAPÍTULO VII - Nulidades, recursos e disposições gerais eleitorais.

Art. 49. Será nula a eleição quando:

- I – realizada em dia, hora ou local diversos dos designados no edital, ou encerrada antes da hora determinada, sem que tenham votado todos os eleitores constantes na folha de votação;
- II – realizada ou apurada perante mesa não constituída de acordo com o estabelecido neste Estatuto e no edital;
- III – preterida qualquer formalidade essencial estabelecida neste Estatuto;
- IV – não for observado qualquer um dos prazos essenciais constantes deste Estatuto.

Art. 50. A anulação do voto não implicará a anulação da urna em que a ocorrência se verificar, nem a anulação da urna importará na anulação da eleição.

Art. 51. As chapas concorrentes poderão interpor recurso contra o resultado do processo eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do término da eleição, para a Comissão Eleitoral.

Art. 52. Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe deu causa, nem aproveitará ao seu responsável.

Art. 53. O recurso será dirigido à Comissão Eleitoral e entregue o contra recibo, em duas vias, na sede do SINDISERV, no horário normal de funcionamento.

Art. 54. Findo o prazo estipulado no artigo anterior e aberto prazo para a defesa de 05 (cinco) dias, estando devidamente instruído o processo, a Comissão Eleitoral deverá proferir sua decisão, sempre fundamentada, no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 55. Anuladas as eleições pela Comissão Eleitoral, outra será realizada após a decisão anulatória, instaurando-se novo processo eleitoral.

Art. 56. A posse dos eleitos ocorrerá na data do término do mandato da administração anterior.

Art. 57. Ao assumir o cargo, os eleitos prestarão o compromisso de respeitar as deliberações da categoria e do Estatuto.

Art. 58. Caso as eleições não sejam convocadas ou realizadas nos prazos previstos neste Estatuto, qualquer associado no gozo dos direitos sociais poderá requerer a convocação de uma Assembleia Geral para eleição de uma Comissão Governativa Provisória, a qual terá a incumbência de Administrar o SINDISERV e convocar e realizar novas eleições, obedecidos aos preceitos contidos neste Estatuto.

CAPÍTULO VIII – Duração e perda do mandato

Art. 59. O mandato dos membros do Conselho Fiscal, do Conselho Deliberativo, do SAMAE, dos Profissionais de Educação, da Saúde e Assistência Social, da Guarda Municipal, Setores Administrativos e Serviços, e demais delegados terão duração de 4 (quatro) anos conjuntamente com a Diretoria Executiva, podendo licenciarse do mandato mediante comunicação à Diretoria Executiva.

Art. 60. Os membros da Diretoria, e dos Conselhos Fiscal, Deliberativo, da Saúde e Assistência Social, dos Profissionais de Educação, da Guarda Municipal, do SAMAE, Setores Administrativos e Serviços, perderão o seus mandatos, nos seguintes casos:

I – malversação ou dilapidação do patrimônio social;

II – descumprimento das decisões das instâncias;

III – ausência injustificada em 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) reuniões intercaladas, hipóteses a serem consideradas como abandono de mandato;

IV – aceitar ou solicitar transferência que importe no afastamento do exercício do mandato;

V – por abaixo-assinado de 2/3 (dois terços) dos associados quites com suas obrigações.

§1º. Não se aplicará a perda do mandato previsto no inciso IV àqueles que se licenciarem do cargo.

§2º. A perda dos mandatos dos delegados sindicais, membros dos Conselhos, Fiscal, Deliberativo, dos Profissionais de Educação, da Saúde e Assistência Social, da Guarda Municipal do SAMAE, dos Setores Administrativos e Serviços, será declarada pelo Conselho Deliberativo.

§3º. A perda do mandato dos membros da Diretoria será declarada pelo Conselho Deliberativo e homologada pela Assembleia Geral.

§4º. Toda a destituição de mandato administrativo deverá ser precedida de notificação que assegure ao interessado o pleno direito de defesa.

Art. 61. Havendo renúncia ou destituição de qualquer membro da Direção ou do Conselho Fiscal, assumirá o cargo o suplente determinado pelo Conselho Deliberativo, dentre os eleitos, para aquela instância.

Parágrafo único. As renúncias serão comunicadas por escrito e com firma reconhecida ao Conselho Deliberativo.

Art. 62. Se ocorrer a renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, e não havendo suplente, o Presidente ou qualquer membro da Diretoria, do Conselho Deliberativo ou Conselho Fiscal, ainda que resignatário, convocará a Assembleia Geral, a fim de que esta constitua uma comissão governativa provisória.

Art. 63. A comissão governativa, constituída nos termos do artigo anterior, procederá a diligência necessária à realização de novas eleições para a investidura dos cargos de Diretoria e do Conselho Fiscal, de conformidade com este Estatuto.

Art. 64. No caso de abandono de cargo, proceder-se-á na forma dos artigos anteriores, não podendo, entretanto, o membro da Diretoria e ou do Conselho Fiscal que houver abandonado o cargo ser eleito para qualquer mandato de administração sindical ou de representação, durante os 10 (dez) anos seguintes.

Art. 65. Ocorrendo falecimento de membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, proceder-se-á nomeação do respectivo suplente.

Art. 66. No caso do não cumprimento do previsto na alínea “h” do artigo 8º, será declarada a perda do mandato dos titulares da Diretoria e do Conselho Fiscal pelo Conselho Deliberativo, assumindo os suplentes, que terão o prazo de no máximo 30 (trinta) dias para o cumprimento deste artigo.

Parágrafo único. Ainda assim, passado o prazo de 60 (sessenta) dias, não cumprido o artigo citado, o Conselho Deliberativo, em reunião extraordinária, declarará vagos os

cargos de toda a diretoria, elegendo uma comissão governativa provisória, assumindo a direção e promovendo eleições de acordo com este Estatuto, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 67. No caso do não cumprimento do previsto na alínea “i” do artigo 8º, a Diretoria assumirá toda e qualquer responsabilidade que poderá advir deste ato.

Art. 68. O delegado do Conselho Deliberativo, dos Profissionais de Educação, da Saúde e Assistência Social, da Guarda Municipal, do SAMAE, Setores Administrativos e Serviços, perderá o mandato, quando solicitar ou aceitar transferência que importe no afastamento da base que os elegeu.

Art. 69. O delegado sindical poderá ser substituído de suas funções por solicitação de 2/3 (dois terços) da base que o elegeu.

§1º. A solicitação para a destituição deverá ser fundamentada, garantido-se amplo direito de defesa ao delegado.

§2º. Compete ao Conselho Deliberativo decidir sobre o pedido de destituição do delegado sindical, cabendo recurso para a Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII - Disposições gerais

Art. 70. Os Conselhos Deliberativo, dos Profissionais de Educação, da Saúde e Assistência Social, da Guarda Municipal, SAMAE e Setores Administrativos e Serviços promoverão a eleição dos seus componentes em no máximo 120 (cento e vinte) dias da posse da Diretoria do SINDISERV.

Art. 71. O Conselho Deliberativo será composto por delegados titulares e suplentes, em igual número, eleitos por secretaria, fundação, autarquia, inativos, câmara de vereadores e setores, na proporção de um delegado e respectivo suplente por, no máximo, 50 (cinquenta) servidores.

§1º. As escolas municipais, distritos, regiões administrativas, unidades básicas de saúde têm direito a uma vaga cada, com o respectivo suplente.

§2º. O Conselho Deliberativo baixará normas para a eleição dos delegados.

§3º. O conselho pode, por decisão da maioria, alterar o número de representatividade dos órgãos ou número de delegados.

Art. 72. Os membros dos conselhos devem ser associados ao SINDISERV, não podendo ser detentores de Cargo em Comissão ou de Função Gratificada, com exceção das direções das escolas.

Art. 73. Farão parte deste Estatuto os Regimentos Internos dos Conselhos Deliberativo, dos Profissionais de Educação, da Saúde e Assistência Social, da Guarda Municipal, do SAMAE e Setores Administrativos e Serviços.

Art. 74. Os membros da Diretoria em licença para exercer mandato classista não poderão ter sua remuneração reduzida, devendo ser complementada pelo Sindiserv através de verba de representação e ajuda de custo, quando for o caso, inclusive na expectativa de promoção na carreira, exceto se for cargo de comissão (CC), até o limite de 45% quarenta por cento da arrecadação da entidade.

§1º O valor da verba de representação será de, no máximo, o padrão 3 (três) da LC 409/2012

§2º O Presidente e o Diretor de Finanças poderão receber, no máximo, o dobro do padrão 3 (três) da LC 409/2012, por sua responsabilidade jurídica.

Art. 75. O Sindiserv poderá, a critério da Diretoria Executiva, pagar os vencimentos dos membros da diretoria por meio de verba de representação e ajuda de custo até o limite de 45%(quarenta e cinco por cento) da arrecadação da entidade.

§1º. A ajuda de custo possui caráter indenizatório.

§2º O Sindiserv poderá, a critério da Diretoria Executiva, pagar ajuda de custo para membros da diretoria, delegados e representantes sindicais em atividades por designação em eventos externos ou reuniões extraordinárias.

Art. 76. Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos neste Estatuto.

Art. 77. De todo ato lesivo de direito ou contrário a este Estatuto, emanados das instâncias do sindicato, poderá qualquer associado recorrer, dentro de 30 (trinta) dias, para a autoridade competente.

Art. 78. Os casos omissos nesse Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo e submetidos à Assembleia Geral.

Art. 79. O valor da mensalidade devida pelo sindicalizado ou pensionista de sindicalizado ou (CC) ao Sindiserv é de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do salário básico (padrão) e “ou” sobre o valor do vencimento do detentor de cargo em comissão (CC).

Art. 80. Fica o SINDISERV, através da Diretoria, autorizado a contrair empréstimo na rede bancária, desde que não ultrapasse a 20% (vinte por cento) de seu ativo financeiro.

Parágrafo único. A Diretoria deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias, comunicar ao Conselho Deliberativo, os empréstimos contraídos pelo SINDISERV.

CAPÍTULO IX - Disposições finais e transitórias

Art. 81. Os prazos constantes deste Estatuto serão contados a partir do primeiro dia útil.

Art. 82. Os associados do SINDISERV não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 83. O tempo de duração desta entidade é indeterminado.

Art. 84. As alterações estatutárias devem ser aprovadas pela maioria simples dos presentes na Assembleia Geral, convocada especificamente para esse fim, respeitando o artigo 15 e o §3º do artigo 16 desse Estatuto.

Art. 85. O Sindicato promoverá as ações necessárias para adequar o tratamento de dados pessoais em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei 13.709/2018.

Art. 86. Esse Estatuto passa a vigorar a partir do registro no Cartório de Registros Especiais, revogando as disposições em contrário.

Art. 87. O SINDISERV, fundado em 21 de dezembro de 1988, tem sede na Rua Carlos Giesen, nº1217, Bairro Exposição, em Caxias do Sul / RS.

Art. 88. Fica eleito o Foro da Comarca de Caxias do Sul para dirimir qualquer dúvida oriunda deste Estatuto.

Caxias do Sul, 06 de Novembro de 2024.

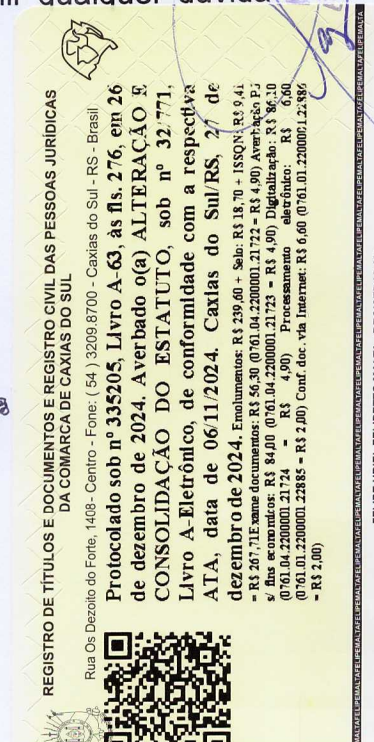
Silvana Teresa Pirolí
2º Tabelionato de Notas

2º TABELIONATO DE NOTAS DE CAXIAS DO SUL - RS - 0128 - BRASIL
R. Marquês do Herval, 1439 - Centro - Fone: (54) 3221-2727
Marcos Ferreira Cunha Lima - Tabelião Designado

Reconheço por **AUTENTICIDADE** a firma de **SILVANA TERESA PIROLI**.
Do que dou fé. Selo Digital: 0128.01.2200002.78763 - Emols.: R\$ 6,80 +
Selo digital: R\$ 2,00 = R\$ 8,80

EM TESTEMUNHO DA VERDADE - 09.30.04.850566-35826 32
CAXIAS DO SUL, 26 de dezembro de 2024 - 32

DIANDRIA MOREIRA MARTIN CALDEIRA
Escrivente Autorizada



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
DA COMARCA DE CAXIAS DO SUL
Rua Os Dezolito do Fone, 1408 - Centro - Fone: (54) 3209.8700 - Caxias do Sul - RS - Brasil
Protocolado sob nº 335205, Livro A-63, às fls. 276, em 26 de dezembro de 2024. Averbado o(a) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO, sob nº 32/771, Livro A-Eletrônico, de conformidade com a respectiva ATA, data de 06/11/2024. Caxias do Sul/RS, 27 de dezembro de 2024. Emolumentos: R\$ 239,60 - Selo: R\$ 18,70 - ISSQN: R\$ 9,41 - R\$ 267,71. Emissão de notas: R\$ 54,30 (0763.01.2200001.21722 - R\$ 4,90) Averbações FJ: R\$ 6,00 (0763.01.2200001.21723 - R\$ 4,90) Digitalização: R\$ 38,30 (0763.01.2200001.21724 - R\$ 4,90) P. Transmissão: R\$ 4,00 (0763.01.2200001.22885 - R\$ 2,00) Conf. doc.: R\$ 6,00 (0763.01.2200001.12787 - R\$ 2,00)

Marcos Ferreira Cunha Lima
Tabelião Designado